

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
6ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARCO AURÉLIO FERREIRA CLÍMACO DOS SANTOS**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012

Data da instalação: 22-11-2013

Data de implantação do PJe: 12-8-2014

Jurisdição: Uberlândia, Araporã, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte e Tupaciguara.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 28-10-2020, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 1º-7-2019

Às 14 horas do dia quatro de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 6ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na Avenida Cesário Alvim, 3.200 – 2º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Marco Aurélio Ferreira Clímaco dos Santos**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Nabila Narciso Novais Alencar Dias; os servidores Ana Carolina Diniz Recife, Eduardo de Freitas Mendonça, Érica Silva Salge, Giovana Arantes Franzão, Luciana Santos de Faria Arantes, Orlando Maranhão Gomes de Sá Filho, Regina Aparecida dos Santos de Freitas, Rodrigo Eugênio Silva, Ronne Herbert Cruz e Soraia Pereira Mecawi e o estagiário Maycon Rodrigues Santos. Ausentes os servidores Júlio César Patente Alves, em férias regulamentares e Thaís dos Santos Barbosa Lemos, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 806 processos, distribuídos neste ano até o dia 26-10-2020, apurando-se a média de 4,3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 79 cartas precatórias, dentre elas 44 executórias, até o dia 26-10-2020, das quais 41 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 805 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 247 processos foram remetidos neste ano até o dia 26-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 5 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 61 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 701 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 145 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 27 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado com incidentes de Repercussão Geral, já julgado pelo STF.

Processos examinados na correição:

– 0010530/20: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

– 0011226/19, 0010917/18, 0010136/17, 0011571/15, 0011087/16, 0010109/15, 0010397/17, 0011019/17 e 0010672/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Existem processos pendentes de confirmação no sistema SJVPI, devendo a Secretaria da Vara proceder aos lançamentos:

0011364-04.2015.5.03.0173
0011275-78.2015.5.03.0173
0002124-25.2014.5.03.0173
0011049-73.2015.5.03.0173
0010342-03.2018.5.03.0173
0011500-98.2015.5.03.0173
0011228-07.2015.5.03.0173
0011486-17.2015.5.03.0173
0010019-32.2017.5.03.0173
0011609-78.2016.5.03.0173
0012179-30.2017.5.03.0173
0011226-95.2019.5.03.0173
0010184-74.2020.5.03.0173
0010530-25.2020.5.03.0173
0010917-11.2018.5.03.0173
0012310-05.2017.5.03.0173
0010730-08.2015.5.03.0173
0001292-89.2014.5.03.0173

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uberlândia - 06a Vara				
	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	38,42	37,00	35,09	37,16	42,55

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	145
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	496
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	6

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	59
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2014	1	6
2015	11	5
2016	20	4
2017	58	3
2018	45	2
2019	168	1
2020 – ano de referência	344	
TOTAL	647	0,89

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Classe	Tarefa
0002410-03.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010109-11.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010195-79.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 11-5-21

0011392-69.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011408-23.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011422-07.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Prazos Vencidos
0011467-11.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 26-1-21
0011486-17.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011571-03.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011699-23.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0011784-09.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Julgado 28-10-20
0011925-28.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 12-5-21
0010071-62.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010138-27.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 15-4-21
0010168-62.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 19-8-21
0010366-02.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 19-4-21
0010613-80.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010692-59.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010733-26.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011087-51.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	788

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	129

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	773

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	6

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uberlândia - 06a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2º trim/2020 (01/07/19 a 30/06/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	73,71	62,90	57,79	58,41	58,79

Existem 1.090 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 684 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 405 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 26-10-2020.

No ano 2019, até o dia 26-10 havia 1.061 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 683 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 377 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 26-10):

Processo	Classe	Tarefa
0002028-10.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Despacho
0010010-75.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0010253-19.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010051-42.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências

0010050-57.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010585-49.2015.5.03.0173	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0010377-65.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0011025-45.2015.5.03.0173	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0010017-67.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0010831-45.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0011215-08.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010867-87.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Análise
0012274-31.2015.5.03.0173	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0010854-25.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0011678-47.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0001717-19.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0011764-18.2015.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010270-55.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência execução 9-11-20
0000109-83.2014.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0010244-86.2016.5.03.0173	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	49	46
02-FEVEREIRO	55	60
03-MARÇO	36	50
04-ABRIL	39	39
05-MAIO	46	65

06-JUNHO	71	60
07-JULHO	76	48
08-AGOSTO	112	38
09-SETEMBRO	186	43
10-OUTUBRO	138	21
Totais	808	470

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	4	7			1	1	2	1		
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS	42	53	30				2	10	24	
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA								18		
MARCO AURÉLIO FERREIRA CLIMACO DOS SANTOS			20	39	64	59	25	9	19	21
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA							19			
Totais	46	60	50	39	65	60	48	38	43	21

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	26	13
02-FEVEREIRO	22	15
03-MARÇO	23	13
04-ABRIL	34	8
05-MAIO	22	4
06-JUNHO	30	11
07-JULHO	24	14
08-AGOSTO	26	8
09-SETEMBRO	24	23
10-OUTUBRO	22	0
Totais	253	109

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 26-10-2020, existem 206 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	51
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	145
Tutelas Provisórias Pendentes	10
Total	206

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 4-11-2020 havia 10 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 3 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 2 processos;
- c) **instrução:** 2 processos;
- d) **encerramento de instrução:** 1 processo;
- e) **conciliação no conhecimento:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0001434/14, 0010383/20, 0010737/20, 0010834/20, 0010528/20, 0010659/20, 0010676/20, 0010654/20, 0010770/19 e 0011067/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010528/20, 0010659/20 e 0010676/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 28-10-2020, 15 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 7 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010796/20, 0010803/20, 0010767/20, 0010668/20, 0010747/20, 0010877/20, 0010872/20, 0010545/20, 0010734/20, 0010768/20, 0011226/19, 0010917/18, 0010136/17, 0011571/15, 0011087/16, 0010109/15, 0010397/17, 0011019/17, 0010672/19, 0010530/20, 0010594/20, 0010684/20, 0010657/20, 0010724/20, 0010628/20, 0010715/20, 0010279/20, 0010631/19, 0010533/20, 0010553/19, 0011273/19, 0010696/19, 0010523/19, 0010655/18, 0010760/20, 0010721/20, 0010678/20, 0011289/16, 0010063/17, 0010316/19, 0010625/19, 0010681/20, 0010726/20, 0010966/19, 0010786/20, 0010790/19, 0010792/20, 0010006/20, 0010941/19, 0011261/19, 0010379/20, 0011001/19, 0010527/20, 0010797/19, 0010809/19, 0010137/20, 0011034/19, 0011199/19, 0010255/18, 0012098/15, 0010634/20, 0010665/20, 0010507/20, 0010640/20, 0010758/20, 0010610/20, 0010522/20, 0010655/20, 0010452/20 e 0010566/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010594/20, 0010684/20, 0010657/20, 0010724/20, 0010628/20 e 0010715/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010168-57.2019.5.03.0173	Aguardando apreciação pela instância superior
0010249-06.2019.5.03.0173	Aguardando prazo
0010354-51.2017.5.03.0173	Aguardando apreciação pela instância superior
0010416-86.2020.5.03.0173	Cumprimento de Providências
0010417-71.2020.5.03.0173	Cumprimento de Providências
0010535-46.2020.5.03.0044	Aguardando prazo
0010569-22.2020.5.03.0173	Aguardando prazo
0010651-53.2020.5.03.0173	Aguardando audiência
0010755-79.2019.5.03.0173	Aguardando audiência

0010853-17.2018.5.03.0103	Aguardando final do sobrestamento
0010949-84.2016.5.03.0173	Aguardando apreciação pela instância superior
0011800-89.2017.5.03.0173	Aguardando prazo

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010189-38.2016.5.03.0173	Aguardando apreciação pela instância superior
0010275-67.2020.5.03.0173	Acordo 23-10-20
0010344-02.2020.5.03.0173	Audiência 20-7-21
0012200-06.2017.5.03.0173	Arquivo provisório
0012201-88.2017.5.03.0173	Aguardando prazo
0012276-64.2016.5.03.0173	Execução

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos - Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	63	39	76
Instrução processo físico	1.454	1.778	0
Instrução processo eletrônico	197	263	231

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	21	14	20-11-2020 - 11 dias
Procedimento Ordinário	24	43	24-11-2020 - 13 dias
Instrução	439	256	8-11-21 - 230 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 26-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	721	233

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	234	94

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	226	486
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	1	1.480
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	854

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	73	0,32
Julgados procedentes em parte	440	1,94
Julgados improcedentes	175	0,77

Extintos com resolução de mérito	5	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	693	305
Extintos sem resolução de mérito	47	0,21
Arquivamento	124	0,55
Desistência	44	0,19
Outras decisões sem exame de mérito	20	0,09
Total sem exame de mérito	235	1,03
Decisões de conhecimento	928	4,09
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	373	1,64
Decisões na fase de execução	272	1,19
Total	1.573	7

No ano 2020, até o dia 26-10, com 189 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	26-10-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	54	029
Julgados procedentes em parte	150	0,79
Julgados improcedentes	32	017
Extintos com resolução de mérito	3	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	207	1,09

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	19	0,95
Conciliação em execução	1	0,05
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	4	0,2
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	27	1,35
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	31	1,55
Una/Una (rito sumaríssimo)	43	2,15
Total	121	6

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 42 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	36	27	4	6	3	
02-FEVEREIRO	59	49	6	3	6	
03-MARÇO	31	35	7	4	3	
04-ABRIL	59	8	7	2	2	1
05-MAIO	72	30	2	1	10	11
06-JUNHO	52	50	6	2	7	2



07-JULHO	68	27	2	4	6	9
08-AGOSTO	38	51		4	9	2
09-SETEMBRO	54	60	4	5	10	8
10-OUTUBRO	46	34	9	2	2	4
Totais	515	371	47	33	58	37

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
	1									
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS	32	50	17				6	20	24	
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA								18		
MARCO AURÉLIO FERREIRA CLIMACO DOS SANTOS		2	22	11	42	54	22	19	49	40
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA							12			
Totais	33	52	39	11	42	54	40	57	73	40

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	90	83
02-FEVEREIRO	209	156
03-MARÇO	151	154
04-ABRIL	186	
05-MAIO	229	125
06-JUNHO	204	164
07-JULHO	256	141
08-AGOSTO	214	206
09-SETEMBRO	212	279
10-OUTUBRO	192	93
Totais	1943	1401

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS	83	156	86			11	73	123	
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA							69		
MARCO AURÉLIO FERREIRA CLIMACO DOS SANTOS			68	125	164	88	64	156	93
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA						42			
Totais	83	156	154	125	164	141	206	279	93

Foram realizadas 121 audiências no mês de outubro de 2020 e designadas 175 no mês de novembro de 2020. No mês de dezembro estão designadas 100 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	102	64
02-FEVEREIRO	115	91
03-MARÇO	62	96
04-ABRIL	200	20
05-MAIO	193	51
06-JUNHO	124	72
07-JULHO	117	68
08-AGOSTO	100	87
09-SETEMBRO	118	131
10-OUTUBRO	125	72
Totais	1256	752

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ALESSANDRA DUARTE ANTUNES DOS SANTOS FREITAS	64	91	61	5			6	28	63	
JOAO OTAVIO FIDANZA FROTA								34		1

MARCO AURÉLIO FERREIRA CLIMACO DOS SANTOS			35	15	51	72	40	24	68	71
VANDERSON PEREIRA DE OLIVEIRA							22	1		
Totais	64	91	96	20	51	72	68	87	131	72

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 26-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	1086	1088
02-FEVEREIRO	1379	1162
03-MARÇO	772	951
04-ABRIL	1254	453
05-MAIO	1489	1060
06-JUNHO	1427	1279
07-JULHO	1255	1363
08-AGOSTO	1310	939
09-SETEMBRO	1546	1018
10-OUTUBRO	1512	833
Totais	13030	10146

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 26-10
Processos recebidos	1.318	1.233	806
Média por dia útil	5,9	5,4	4,3
Processos remanescentes do ano anterior	1.114	780	668
Sentenças anuladas	66	35	7
Total de processos para solução	2.498	2.048	1.481
Processos solucionados	1.754	1.499	752
Processos conciliados	649	571	357
Produção	70,22%	73,19%	50,77%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 6,45% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 2,97%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	357
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	752

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	752
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	814

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	246
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	272

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	789
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	798

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	775
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	376

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 26-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	798
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	376
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	113

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	789
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	775
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau),	13

	2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	---	--

Perfil da Vara do Trabalho		Uberlândia - 06a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,78	1,24	1,03
	I02 - Pendentes	1.651	1.722	1.716
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	259,93	271,36	239,62
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	122,64	116,75	121,69
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	390,90	397,38	467,10
	I07 - Taxa de conciliação (%)	37,67	37,73	43,61
	I08 - Taxa de solução (%)	118,15	119,11	98,30
	I13 - Taxa de execução (%)	132,42	133,80	145,57
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	35,65	37,08	42,33
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	58,41	58,65	58,79
	I11 - Produtividade por servidor	147,46	149,23	127,38
	I12 - Pendentes por servidor	119,38	124,23	122,85

Meso	Acervo	0,35	0,37	0,36
	Celeridade	0,33	0,34	0,32
	Produtividade	0,55	0,53	0,57
	Congestionamento processual	0,60	0,61	0,64
	Força de trabalho	0,52	0,53	0,56
Macro	IGEST	0,4698	0,4757	0,4895
Posição IGEST		107	105	118
Movimentação processual		1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.179.689,70	R\$171.922,72

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 2/2014, que trata das intimações dos procuradores das partes por meio de publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho; 3/2014, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e a 1/2015, que proíbe o atendimento processual a partes, advogados e terceiros interessados por meio de telefone.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 117,46% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 88,46%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,82%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 95,32%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 86,93% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 60,07% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 114,14%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 121,86% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 260 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 156,58%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 237 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

- 3) cumprido o determinado no artigo 29, inciso V, "d" do Regimento interno deste Regional, em razão dos dados apurados no item 3 desta ata (disponibilidade de pauta), realizando audiências de segunda-feira a sexta-feira até que o prazo de designação de audiências de instrução seja inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 7) efetuados os lançamentos no sistema SJVPI dos processos indicados no item 1.7 desta Ata;
- 8) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 9) envidados esforços para o cumprimento da Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus; Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;
- 10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no

âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h40min do dia quatro de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 156, publicado no DJe 28-10-20, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Maristela Iris da Silva Assinado de forma digital por Maristela
Iris da Silva Malheiros:30831806
Malheiros:30831806 Dados: 2020.11.16 19:10:02 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
DE OLIVEIRA Dados: 2020.11.05 17:28:31 -03'00'
JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria